

A OBJETIVIDADE DO CONHECIMENTO NAS CIÊNCIAS SOCIAIS SEGUNDO MAX WEBER

*Daniela Ribas Ghezzi**

RESUMO: O presente artigo tem por objetivo retomar algumas das questões suscitadas por Max Weber no tocante à metodologia utilizada pelo pesquisador em Ciências Sociais. Para tanto, tomo como base o texto por ele escrito em 1904, denominado “A ‘Objetividade’ do Conhecimento na Ciência Social e na Ciência Política” (Weber, 1999), no qual as questões a seguir foram levantadas pelo autor.

UNITERMOS: Objetividade; juízos de valor; cosmovisão; explicações unívocas; tipo ideal.

1. INTRODUÇÃO

Tendo em vista o quase centenário do texto supracitado, optou-se neste artigo por retomar algumas das questões suscitadas por Weber. Não se trata, contudo, de se fazer uma resenha do referido texto, no qual Weber destaca algumas questões que tentam esclarecer se há ou não uma “objetividade” nas Ciências Sociais, visando definir o caráter da revista¹ que assume como editor. Trata-se de delimitar – sob um ponto de vista particular – questões que, a despeito do intervalo de tempo entre a publicação deste texto e os dias atuais, ainda fazem-se pertinentes no meio acadêmico. A despeito de o texto do próprio autor ter sido utilizado como fonte primordial, foram consultadas também obras de outros autores para a confecção deste artigo (indicadas na Bibliografia), no sentido de uma interpretação pessoal sobre o tema.

* Mestrado em Sociologia – IFCH – UNICAMP. E-mail: dani.ribas@ig.com.br

¹ Em português, o título da revista seria “Arquivo para a Ciência Social e Política Social”; ou, originalmente em alemão, “*Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik*”.

Sumariamente falando, retomarei a discussão sobre a reavaliação da relação entre *meios* (método) e *fins* (resultados empíricos, conceitos), discussão inerente ao conhecimento científico ao qual Weber atribui grande relevância. Se, para o autor, os métodos empregados em uma pesquisa científica são determinados por *juízos de valor* – que por sua vez baseiam-se em princípios ou *visões de mundo* individuais – faz-se necessária, por parte do pesquisador, a distinção entre os usos de tais juízos e o saber científico já consolidado, diga-se o saber empírico. Por outro lado, se estes *juízos de valor* individuais estão em constante mudança, o autor tenta esclarecer, ou ao menos compreender, em que medida eles contrastam com conceitos unívocos que tentam explicar diferentes realidades, condicionadas culturalmente, a partir de uma única *cosmovisão*, como por exemplo, o materialismo histórico. Estas são, abreviadamente falando, algumas das questões levantadas por Weber na tentativa de compreender se há ou não uma “objetividade” nas Ciências Sociais, que serão mais exploradas no desenvolvimento deste artigo.

Outra questão suscitada por Weber e aqui retomada é a importância que as “explicações” culturais assumem na tentativa de contribuição ao conhecimento científico. Ressaltamos que o autor não discutirá quais são essas contribuições, levantadas pelo estudo da História, mas sim a relevância que este tipo de compreensão assume frente às diversas *explicações unívocas* dos acontecimentos, bem como quais seus desdobramentos para a construção do conhecimento científico de uma dada realidade ou fragmento dela.

No mesmo texto, Weber também procura fazer distinções entre os fatos *economicamente condicionados* e os *economicamente relevantes*. Esta distinção faz-se necessária à medida em que o interesse do pesquisador por determinado aspecto da realidade – o que confere relevância ao tema –, satisfaz as necessidades interpretativas que se impõe ao tema. Nesse sentido, um dado aspecto da realidade pode ser *economicamente relevante* para o cientista, entretanto, pode não ser exclusivamente *economicamente condicionado*.

Outro tema abordado pelo autor e recuperado neste artigo é a importância que o estudo da História assume frente às diversas interpretações dos

fragmentos de realidade a serem observados pelo cientista. Em oposição à Sociologia, que procura as regularidades dos fenômenos e suas relações mais gerais, a História enfoca as especificidades dos acontecimentos, conferindo uma interpretação cultural imprescindível à construção do saber científico universalmente válido. Assim, coloca-se o empirismo não a favor da verificação das regularidades dos fenômenos, mas, sobretudo, na constatação de seus aspectos qualitativos, que quase sempre aparecem como irregularidades no decurso histórico.

Para a superação das interpretações baseadas nas regularidades – que o autor classifica como *unívocas*, nocivas à objetividade do conhecimento científico por serem baseadas em *juízos de valor* individuais e específicos a determinadas linhas teóricas –, Weber propõe um quadro conceitual que, posteriormente, causou muita polêmica entre os cientistas sociais. Este método seria o *Tipo Ideal*, elaboração mental do pesquisador utilizada com a finalidade de facilitar a apreensão de determinados acontecimentos da realidade, que, por ser *caótica*, é impossível de ser captada em sua totalidade.

Esta seria uma simples e breve apresentação das questões metodológicas de Weber, a serem resgatadas a seguir, sem, entretanto, a pretensão de compor uma completa antologia metodológica e conceitual de Weber, tarefa já realizada por outros pesquisadores. Para os objetivos do presente artigo, cremos não ser possível desenvolver outros temas de Weber, tais como *desencantamento do mundo*, ou o processo de *racionalização* da sociedade moderna, visto que tal empreitada demandaria uma pesquisa mais detalhada e aprofundada.

QUESTÕES METODOLÓGICAS EM WEBER

1.1. JUÍZOS DE VALOR X OBJETIVIDADE NO CONHECIMENTO CIENTÍFICO

“Nossa revista, como representante de uma disciplina empírica, deve – gostaríamos de insistir nisso de antemão – rejeitar em princípio este ponto de vista, pois é nossa opinião de que

jamais pode ser tarefa de uma ciência empírica proporcionar normas e ideais obrigatórios, dos quais se possa derivar 'receitas' para a prática." (Weber, 1999, p. 109)

Nesta citação pode-se notar a desconfiança de Weber para com teorias unívocas que enclausuram a realidade dentro de um universo teórico pré-concebido e alicerçado sobre *juízos de valor* individuais. O ponto de vista refutado nesta citação é em relação ao método ainda aplicado à Economia Política em 1904, data em que foi escrito o referido texto: o autor ressalta que era comum à esta disciplina emitir juízos de valor a partir de uma específica cosmovisão econômica, em detrimento de outras cosmovisões de cunho ético, histórico ou cultural.

Note-se que a crítica de Weber não dirige-se à existência dos juízos de valor, visto que estes, por derivarem de determinados ideais e terem origens subjetivas, são inevitáveis mesmo ao pesquisador mais cauteloso. A discussão proposta pelo cientista alemão incide sobre os usos dos mesmos, bem como a ciência propõe-se a criticá-los.

Isto nos remete à questão das categorias meios utilizados e fins pretendidos durante a pesquisa científica em sociologia, que pretende-se uma disciplina empírica. A crítica de Weber é tácita: seriam os meios apropriados aos objetivos pretendidos? Segundo as análises do autor, haveriam duas possibilidades de adequação entre estas duas categorias metodológicas. A primeira, que não me parece a preferida do autor, seria estabelecer concreta e definitivamente os meios aos determinados fins. A segunda, em contrapartida, consiste na escolha crítica dos fins, tendo-se em vista a situação historicamente dada. Feito isto, estabelece-se a possibilidade de serem alcançados os objetivos propostos com os meios disponíveis. Assim, poder-se-ia constatar as conseqüências obtidas a partir dos meios requeridos, bem como o eventual lucro do fim pretendido. Ocorre, segundo esta adequação entre meios e fins, uma antecipação dos resultados não previstos frente aos planejados, sendo possível uma maior reflexão, por parte do pesquisador, sobre o custo do alcance do fim desejado, tendo-se em vista possíveis perdas de realização de outros objeti-

vos pretendidos. Em suma, faz-se assim a crítica dos meios empregados na pesquisa, avaliando-se as conseqüências – positivas ou negativas – do fim obtido.

Contudo, apesar de a segunda alternativa ao problema proposto aparentar ser mais tentadora ao pesquisador, Weber ressalta que decidir-se por uma opção ou outra é um assunto pessoal, visto que envolve valores e comovisões pessoais, de acordo com a própria consciência do cientista.

Voltemos agora à questão dos usos e aplicações dos juízos de valor, que, como veremos, assume fundamental importância no método científico e empírico proposto por Weber. Segundo o autor, os juízos de valor pessoais do pesquisador podem tanto aumentar, quanto diminuir a possibilidade de realização do objetivo proposto no início da pesquisa, visto que tais juízos incidem na escolha dos meios a serem utilizados para o empreendimento. Weber reconhece as fraquezas humanas quanto aos valores pessoais, e propõe, na tentativa de eliminar os efeitos negativos de tais escolhas, a aplicação de imperativos éticos de valor universal, conferidos pela ciência, e não simplesmente pela fé ou convicções individuais. Quanto à crença na validade de nossos juízos de valor, diz Weber:

“Os juízos de valor que determinam nossa ação e conferem sentido e significado à nossa vida são percebidos por nós como sendo objetivamente válidos.” (Weber, 1999, p. 111)

Contudo, para que seja obtida uma “objetividade” nas ciências sociais, a defesa de certos valores (baseados em seu próprio juízo sobre eles) não pode ser conferida pela fé, assim como não é possível, também pelo emprego da fé, conceder validades subjetivas a tais juízos. Cabe às ciências empíricas, portanto, a crítica aos juízos de valor envolvidos nas escolhas de caráter metodológico, pois somente assim, através da crítica empírica e científica a tais juízos, obtém-se resultados que farão parte de uma ciência ética, independente da fé, e de validade universal.

Deve-se ressaltar que o reconhecimento das proposições mais seguras do conhecimento teórico-científico, é também o reconhecimento do refina-

mento e do aguçamento da nossa consciência. Portanto, reconhecer o refinamento mental capaz de considerar válidas proposições científicas seguras, de amplitude e reconhecimento universais, é, segundo Weber, um produto cultural. Para ficar mais clara minha interpretação do pensamento weberiano, colocarei a questão em termos práticos: alguns conteúdos resultantes de análises científicas sobre determinadas organizações sociais, tais como ajuda previdencial, saúde pública, socorro aos pobres, etc. (Weber, 1999, p. 112), por mais óbvios que aparentem ser (devido ao nosso conteúdo cultural), não são verdades absolutas, visto que há diferentes interesses de classes envolvidos, ou, nos termos de Weber, cosmovisões pessoais distintas. Assim, quanto mais universal e mais amplo o significado cultural do problema em questão, maior será o papel dos interesses de classe, das cosmovisões, da fé e das idéias éticas pessoais, uma vez que as respostas à problemática suscitada não poderão ser extraídas do conhecimento empírico acumulado. Estas respostas serão tão numerosas quanto as múltiplas cosmovisões existentes no interior de uma dada sociedade. Seria ingênuo, segundo este tipo de raciocínio, demonstrar cientificamente um princípio a partir do qual se pudesse desenhar deduções uníssonas para a solução de problemas práticos singulares, que, por sua vez, dependem do universo cultural, que envolve diversos interesses e cosmovisões.

Portanto, não seria tarefa das ciências empíricas determinar um denominador comum prático para todos os problemas suscitados, por mais universal que este aparente ser. De acordo com Weber, somente as religiões positivas (ligadas a um dogma) podem conferir aos conteúdos culturais um mandamento ético incondicionalmente válido (Weber, 1999, p.112). Insisto que o autor não quer dizer, contudo, que os juízos de valor pessoais não tem função alguma na história do pensamento humano. Não obstante, não só tais juízos são inevitáveis, como também, por vezes, podem atribuir algum sentido ao conhecimento empírico acumulado:

“O destino de uma época cultural que ‘provou da árvore do conhecimento’ é ter de saber que podemos falar a respeito do

sentido do mundo, não a partir do resultado de uma investigação, por mais perfeita e acabada que seja, mas a partir de nós próprios que temos de ser capazes de criar este sentido.” (Weber, 1999, p. 113).

Dito de uma outra forma: a nossa possibilidade de falarmos sobre o mundo, ou sobre conhecimentos científicos já constituídos e comprovados empiricamente, deve ser não a partir da ciência, mas a partir de nossa própria cosmovisão.

Neste ponto, parece-nos que adentramos numa contradição metodológica. Como conciliar, seguindo a lógica do pensamento weberiano, dois extremos aparentemente irreconciliáveis, quais sejam, o conhecimento científico e as cosmovisões pessoais? A leitura do referido texto de Weber, que a cada nova leitura propicia o amadurecimento das idéias anunciadas, remete-nos a um indício de esclarecimento dessa confusão metodológica proposta pelo próprio autor. O caminho, proposto por Weber, para se solucionar este emaranhado de hipóteses, seria a delimitação exata dos campos de atuação das cosmovisões e da ciência. As cosmovisões não representam o resultado de um avanço científico, obtido através do conhecimento empírico. As cosmovisões pessoais são tão sagradas para um indivíduo, quanto estas também o são para outrem.

Entretanto, apesar da validade inequívoca das cosmovisões pessoais para os indivíduos, a ciência não pode ser norteadada por um sincretismo otimista entre saber científico e cosmovisões pessoais. Isto seria um grosseiro equívoco, causando sérios danos, talvez irreparáveis, à construção do conhecimento científico. Cabe à ciência avaliar e selecionar criticamente as escolhas metodológicas (meios) orientadas pelas cosmovisões e juízos de valor do pesquisador. Conciliar o saber científico às diferentes cosmovisões seria um equívoco tão grande quanto os políticos, no exercício de sua profissão, prescindirem do recurso característico de sua atividade de conciliar posições diametralmente opostas. Sobre isso diz Weber: “*A ‘linha média’ de modo nenhum acerta a verdade científica mais do que os ideais dos partidos extremos, que*

sejam de direita ou de esquerda”² (Weber, 1999, p. 113). O autor, citando a linha editorial da revista, explica que

“o Arquivo lutará incondicionalmente contra a grave ilusão que acredita ser possível, por meio da síntese entre posições partidárias, ou seguindo uma linha diagonal entre elas, obter efetivamente normas práticas de validade científica.” (Weber, 1999, p. 113).

Se a preocupação máxima da ciência, enquanto tal, fosse conciliar cosmovisões individuais, em detrimento dos métodos empíricos que conferem validade ao conhecimento, as demonstrações científicas não poderiam ser reconhecidas universalmente. Os conceitos, metodologicamente corretos em se tratando de ciências sociais, devem ser reconhecidos pelo maior número de pessoas possíveis, ou até mesmo universalmente, para que realmente contenham valor científico. Uma distinção, entretanto, deve ser feita: os conteúdos científicos devem alcançar *reconhecimento* universal para serem válidos, e não *adotados* como modelos únicos de interpretação da realidade dos fenômenos sociais, o que seria, nos termos de Weber, uma explicação *unívoca*.

Se uma dada demonstração científica não for, ao menos, reconhecida como universalmente válida ou possível, então o valor científico de tais análises é afetado; ou ainda, isto pode representar que houve uma tentativa de determinar univocamente o sentido do problema.

Para se atingir os fins pretendidos em uma pesquisa empírica, é necessária uma certa *imparcialidade científica*, que pode ser obtida através de um simples artifício metodológico: indicar aos leitores em que momento cessa a fala do pesquisador que busca a elucidação e o ordenamento conceptual dos fatos (quando os argumentos se dirigem ao intelecto), e em que momento começa a fala do homem que está sujeito a intenções e vontades (quando os

² Sobre a questão mencionada acerca das funções e compromissos dos políticos, ver: WEBER, Max. *Ciência e Política: Duas Vocações*. São Paulo: Cultrix, 1972.

argumentos se dirigem ao sentimento, numa reflexão valorativa dos fatos) (Weber, 1999, p. 113).

Até agora, apresentamos as distinções – que Weber julga necessárias – entre os juízos de valor orientados por princípios individuais, e o conhecimento científico, que deve ser incondicionalmente válido enquanto tal. Através destas distinções metodológicas, acrescidas de mais algumas que faremos adiante, é possível se chegar a um ordenamento conceptual da realidade empírica nas ciências sociais.

1.2. O INTERESSE HISTÓRICO NA PESQUISA CIENTÍFICA – WEBER *VERSUS* MATERIALISMO HISTÓRICO

Uma outra distinção importante, que Weber enfatiza em seus textos metodológicos, é a orientação dos interesses envolvidos em uma pesquisa. Segundo o autor,

“... um fenômeno só conserva a sua qualidade de ‘econômico’ na estreita medida em que o nosso interesse está exclusivamente centrado no seu significado para a luta material pela existência.” (Weber, 1999, p. 118)

Em outros termos: o interesse pelo estudo científico de determinado dado da realidade, é *condicionado* culturalmente, ou seja, adquire relevância científica pelo significado que aquele fragmento de realidade adquire segundo os valores culturais em questão. Na citação acima, Weber ressalta que o estudo de determinado fenômeno é *economicamente relevante* apenas se o interesse do pesquisador estiver voltado exclusivamente para suas implicações econômicas. Se, não obstante, o mesmo pesquisador estiver interessado no mesmo fenômeno, porém centrado nas suas características e implicações de cunho social (e não econômico), isto é perfeitamente possível em se tratando de ciências sociais. Weber diria que este suposto segundo estudo seria *socialmente relevante*, à medida que o pesquisador estuda as relações *socialmente condicionadas*.

Não obstante, em outras relações que não necessariamente econômicas, o interesse pode ser *economicamente condicionado*, pois os interesses materiais estendem-se – muitas vezes de maneira indireta – por todos os domínios da cultura, até mesmo no sentimento religioso e estético. Assim, um fato que aparentemente pertença à esfera religiosa da vida, pode ser *economicamente condicionado* [como *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, em que uma conduta econômica determina as condutas morais (Weber, 2001)], e o estudo deste fenômeno torna-se *economicamente relevante*, à medida em que os preceitos religiosos condicionam as formas de satisfação das necessidades materiais de uma cultura historicamente dada.

Considerando-se a época em Weber escreveu o texto que tomo como referência (1904), devemos supor que as afirmações do autor em relação ao interesse histórico por um dado fragmento da realidade fazem menção direta à teoria marxista, sem entretanto citar nominalmente os termos da referida teoria, tampouco seus divulgadores. Haja visto a dificuldade de circulação dos textos teóricos na época mencionada, bem como a lentidão que envolvia a correspondência entre diversos autores – que não podiam contar com os meios técnicos na área da telecomunicação com que hoje podemos contar –, podemos aferir que a recusa weberiana à determinação exclusivamente econômica dos fatos, pode ser interpretada como um diálogo negativo com o materialismo histórico de Karl Marx.³

Explicitemos de forma mais clara, então, a relação entre os dois autores mencionados. Weber afirma que o conhecimento histórico, que determina o interesse da investigação científica, persegue, de cada vez, apenas um elemen-

³ Para a presente comparação, deve-se considerar as datas de publicação das principais obras de Marx. O primeiro volume de *O Capital*, obra na qual resume todas as suas teorias, fora publicado em 1867. No entanto, Marx não consegue terminar os segundo e terceiro volumes, que foram completados e editados por Engels (o livro terceiro foi publicado pela primeira vez em 1894). Assim, o diálogo de Weber com Marx pode ser considerado fictício devido às datas que separam os dois autores. Contudo, considerando-se o tempo exigido para que as obras fossem publicadas, divulgadas e chegassem às mãos dos pares, pode-se dizer que Weber dirige sua fala (ainda que não nominalmente) a Marx, mesmo este tendo falecido em 1883, muito antes dos escritos de Weber serem formulados.

to específico dos fenômenos culturais – neste caso, o elemento econômico —, com o objetivo de distinguir seu significado cultural dos outros períodos históricos. Assim, na análise de um fragmento de realidade, busca-se uma interpretação histórica preliminar a partir de um ponto de vista específico, para se dar início à investigação científica (que deve ser mais completa do que a imagem parcial conferida pelo estudo histórico da cultura). Assim, o significado cultural de cada fenômeno deve ser conferido pela história, haja visto que, a cada período histórico – envolto por padrões culturais diversos —, têm-se interpretações diferenciadas para os fenômenos da realidade em questão. Não se deve, segundo Weber, buscar interpretações e causas externas ao fenômeno dado, sendo o autor contra a concepção da história que envolve as idéias de progresso ou evolução objetiva do decurso histórico (entre as quais ele inclui o materialismo histórico)⁴. Assim, não haveria relação entre um período histórico anterior e o contemporâneo, pois não haveria a possibilidade de existirem mesmas causas operando em dois tempos qualitativamente distintos.

O caráter particular de um fenômeno histórico causa a seleção e o interesse, por parte do pesquisador, pelo fato dado. Se, segundo as premissas weberianas, não há uma linha unívoca no interior da história, cabe à pesquisa histórica tratar do que é particular, identificando a peculiaridade da configuração cultural e buscando explicações causais para essa particularidade.

Contudo, seguindo o raciocínio de Weber, a visão materialista da vida cultural é parcial, pois delimita uma explicação unívoca para os acontecimen-

⁴ Há aqui uma discussão interessante, citada com fins meramente especulativos, sem a intenção de estipular uma nova interpretação dos textos de Weber. Será que não poderíamos fazer uma leitura dos três tipos de dominação legítima estudadas pelo autor – tradicional, carismática e racional – tomando a dominação racional como uma fase “superior” ou “aprimorada” de dominação? Não quero dizer que o autor tenha feito tal afirmação. Mas, se observarmos os textos escritos após sua viagem para os EUA, onde ele destaca a convivência dos três tipos de dominação supracitados nas sociedades capitalistas, pode-se perceber que Weber ressalta a predominância da dominação racional. Será que isto não poderia ser interpretado como uma concessão à idéia de progresso? Não quero, contudo, me aprofundar nesta questão tão hipotética e controversa. Mas fica aqui registrada uma discussão que pode ser extremamente fértil para pesquisas em metodologia nas Ciências Sociais.

tos da realidade cultural, que, por natureza, compreende uma gama caótica e infinita de fatos. Os fenômenos culturais não são produto dos interesses materiais, diz Weber; contudo, tais fenômenos podem ser analisados segundo seu alcance econômico se, para tanto, se fizer uso prudente e livre de dogmas (Weber, 1999, p. 121). A ciência, pois, deve sanar a parcialidade conferida pela visão materialista da cultura mediante a ampliação da perspectiva econômica, até se chegar a uma ciência geral das relações sociais entre os homens. A concepção materialista da história é vista por Weber como uma concepção de mundo, que é ineficiente para os métodos da ciência.

A ineficiência do método materialista para a construção do conhecimento científico, segundo Weber, consiste na fragilidade e na generalidade das hipóteses acerca das outras esferas que compreendem o fato. Para manter-se fiel às causas econômicas de determinados fatos, os que têm essa crença econômica ampliam o conceito de causas econômicas até o desfigurar a um ponto onde todos os outros domínios (ambientais, por exemplo), são classificados como condições historicamente acidentais, e não interessantes para a ciência (Weber, 1999, p. 123).

A explicação que Weber nos fornece para a recusa do materialismo histórico tem a ver com a própria crítica weberiana a todo o conhecimento científico produzido no século XIX. Weber afirma que todas as ciências produzem seus conhecimentos específicos, bem como as visões de mundo que lhe são próprias e lhe convém. Não seria de admirar-se que este conhecimento específico da visão econômica e materialista da cultura humana tenha aparecido justamente no momento em que a concepção de ciência era compartimentada e determinista, impregnada pelas características que permearam o Iluminismo. Portanto, a interpretação econômica da cultura é resultante de uma determinada conjuntura histórica, que orientou o interesse científico para certos problemas culturais *economicamente condicionados*, bem como a um forte apego à especialidade científica (Weber, 1999, p. 123).

Contudo, Weber ressalta que esta visão (em referência direta ao materialismo histórico),

“ (...) não é arbitrária enquanto há êxito no seu procedimento, isto é, enquanto oferece um conhecimento de relações que demonstram ser valiosas para a imputação de causas a determinados acontecimentos históricos concretos. Mas a ‘parcialidade’ e a irrealidade da interpretação puramente econômica apenas constituem um caso especial de um princípio de validade muito generalizada para o conhecimento científico da realidade cultural.” (Weber, 1999, p. 124).

Os argumentos que Weber empreende em relação à causalidade econômica da vida cultural nos levam a crer que sua crítica não incide exatamente sobre todo o corpo teórico do materialismo histórico. Ao meu ver, sua crítica é pertinente às interpretações chulas e superficiais desta teoria, que envolvem a análise de toda a vida cultural em causalidades estritamente econômicas, o que, para Weber, seria demasiadamente parcial e ineficiente aos métodos requeridos pelas ciências sociais. O método materialista tem seus méritos que colaboram com a construção do conhecimento científico. Contudo, não pode ser tomado como fio condutor *unívoco* da história da humanidade, que é caótica e, portanto, impossível de ser compreendida por uma teoria explicativa baseada em um único aspecto da realidade.

1.3. O TIPO IDEAL E A COMPREENSÃO DA REALIDADE

Conforme as interpretações sobre o pensamento weberiano que desenvolvemos até agora, a realidade – caótica devido à simultaneidade e complexidade de seus acontecimentos – não pode ser apreendida segundo teorias que privilegiem apenas um de seus aspectos, tomando, para tanto, o todo pela parte. A ciência social, por sua vez, pretende-se a “ciência da realidade”, e na busca da compreensão desta, delega funções diferenciadas às diferentes disciplinas. À História, como já vimos, cabe reconhecer e destacar o que há de particular e específico ao fenômeno, enquanto à Sociologia são delegadas as formulações mais gerais que se possam fazer acerca dos acontecimentos.

O conhecimento da realidade baseia-se na premissa de que apenas um fragmento limitado dessa realidade – que está tanto dentro quanto fora do indivíduo – poderá constituir, de cada vez, o objeto da compreensão científica. Contudo, isolar um fragmento da realidade revela-se uma tarefa árdua ao pesquisador em ciências sociais. Se esta pretende-se uma área do conhecimento interessada em analisar os aspectos qualitativos e diferenciais da sociedade, não seria através da elaboração de leis que se apreenderia o fragmento requerido, visto que a construção de leis gerais implica considerar que todas as demais ocorrências da realidade estão fora de seu domínio, sendo casuais ou cientificamente secundário o que escapar à explicação orientada por estas leis.

Entretanto, a elaboração de leis que auxiliem o pesquisador a compreender de forma mais clara a realidade, não revela-se, porém, totalmente desnecessária. A decomposição dos fatores históricos e suas relações causais, bem como a exaustiva tentativa de abrangê-los e submetê-los a regras cientificamente construídas, não constituem-se tarefas inúteis aos objetivos da ciência social. Segundo o método proposto por Weber, este seria um trabalho preliminar ao de estudar um fenômeno cultural causalmente explicado pelos agrupamentos individuais dos fatores historicamente dados. O procedimento subsequente a ser adotado seria a exposição ordenada do agrupamento individual de fatos artificialmente recortados da realidade. Um outro procedimento seria remontar ao passado, e observar como se desenvolveram as características individuais daquele episódio no tempo histórico específico a ele, buscando uma causalidade individual para elas (em oposição às explicações unívocas de fenômenos similares situados em tempos históricos distintos). O último procedimento indicado por Weber seria a avaliação das possibilidades futuras, num exercício metodológico de avaliação prévia dos resultados obtidos com os meios empregados na pesquisa (Weber, 1999, p. 124-127).

Um cuidado, entretanto, deve ser tomado antes de aplicar-se estes procedimentos. O fragmento de realidade a ser trabalhado deve ter relevân-

cia científica maior do que as leis e procedimentos propostos. O reconhecimento do valor cultural de um dado fenômeno – conferido pela cultura, que é um conceito de valor e que, por este motivo, reúne os componentes da realidade que nos são mais significativos – é que se torna o objeto de análise da ciência. As leis, elaboradas artificialmente pelas estruturas mentais do pesquisador, não são o principal objeto de estudo da ciência: os fragmentos de realidade é que o são, visto que adquirem valor científico através do valor cultural atribuído a eles. Portanto, o significativo não são as leis gerais que ajudam o pesquisador na busca de compreensão da realidade (pois quanto mais geral for a lei em questão, menos ela irá cumprir sua finalidade compreensiva), e sim a relação causal histórica – determinada pelos valores culturais em questão – que envolve o fenômeno a ser estudado (Weber, 1999, p. 127).

Dito de uma outra forma: as duas modalidades de pensamento ordenadoras do real – leis (Sociologia) e significação causal (História) – assumem relevância valorativa diferenciadas à ciência, sendo a segunda modalidade privilegiada em relação à primeira, o que não significa dizer que o conhecimento científico deva prescindir das leis (o conhecimento histórico seria fundamental, mas preliminar à elaboração de leis). Não obstante, estas duas categorias não mantêm entre si nenhuma lógica necessária. Se alguma vez elas coincidirem em seus resultados, sem, entretanto, revelarem a sua discrepância metodológica e de princípios, isto poderá trazer consequências negativas ao conhecimento científico (Weber, 1999, p. 128).

Utilizaremos os mesmos exemplos evocados por Weber na elucidação do enunciado acima. Tendo sido isolado da realidade o fato da técnica e do tráfico comercial, que adquire interesse científico devido aos possíveis motivos que levaram tal fato a constituir-se em um fenômeno de massa, desenvolve-se a significação causal (histórica) que desembocou no fenômeno de massa. Se, ao contrário, se procurasse primeiramente a construção de leis genéricas que apenas descrevessem o fenômeno, os efeitos seriam desastrosos à compreensão científica do fato histórico delimitado, visto que a

troca na Antiguidade era regida pelas mesmas qualidades genéricas que regem a troca hoje, entretanto, os dois momentos do fenômeno “troca” possuem significados culturais totalmente distintos (Weber, 1999, p. 128). Creio que a interpretação dada ao exemplo de Weber possa ter sido um tanto superficial. A citação completa, rica em detalhes, cremos não ser um exagero:

“O significado cultural de um fenômeno – por exemplo, o do comércio monetário – pode consistir no fato de se manifestar como fenômeno de massa, como um dos elementos fundamentais da cultura contemporânea. Mas, o ato contínuo, o fato histórico de desempenhar esse papel é que constitui o que deverá ser compreendido do ponto de vista de seu significado cultural e explicado causalmente da perspectiva da sua origem histórica. A análise da essência geral da troca e da técnica do tráfico comercial constituem uma tarefa preliminar, muito embora extremamente importante e indispensável. Mas não fica assim resolvida a questão de como a troca chegou historicamente a alcançar a significação fundamental que hoje possui, nem a que, em última análise, nos interessa: a de qual é a significação cultural da economia monetária. Pois é por causa dela que nos interessamos pela descrição da técnica de circulação e por sua causa também que exista hoje uma ciência que trata dessa técnica. (...) Mas o que a nós interessa é a tarefa de analisar a significação cultural do fato histórico de a troca constituir, hoje em dia, um fenômeno de massa. (...) quando precisamos compreender a diferença entre a nossa cultura sócio-econômica e a da Antiguidade – onde a troca apresentava exatamente as mesmas qualidades genéricas de hoje –, quando queremos saber em que consiste a significação da ‘economia monetária’, surgem então na análise princípios lógicos de origem claramente heterogênea.(...) E o que há de decisivo é o fato de a idéia de um conhecimento dos fenômenos individuais só adquirir sentido lógico mediante a premissa de que apenas uma parte finita da infinita diversidade de fenômenos é significativa.” (Weber, 1999, p. 128).

Assim, reforçando a argumentação anterior à citação, as leis não são o fim da investigação; não obstante, elas são os meios facilitadores da investi-

gação científica, se, entretanto, não forem tão gerais e abstratas ao ponto de se afastarem da riqueza da realidade. Diz Weber que quanto mais gerais e abstratas as leis forem, e quanto mais vasto for o campo por elas abrangido, menos estas construções irão contribuir para a explicação causal individual dos fatos históricos.

“O conhecimento das leis sociais não é um conhecimento do socialmente real, mas unicamente um dos diversos meios auxiliares de que nosso pensamento se utiliza (...)” (Weber, 1999, p. 130).

Apesar de as leis de que Weber fala não serem o mérito definitivo das ciências sociais – pois, especificamente no caso das ciências sociais, uma evolução da capacidade humana na construção de leis não equivale a um aumento qualitativo do saber científico acumulado –, elas são um valioso artifício com que o pesquisador pode e deve contar. É nesse sentido que impõe-se uma das maiores contribuições de Weber à metodologia sociológica: a construção do *Tipo Ideal*. Tentaremos definir em alguns itens, dispostos ordenadamente, os preceitos metodológicos que deram origem a esta categoria criada por Weber:

- É uma categoria que visa a compreensão;
- Não é o exemplar, tampouco um espelho para os fenômenos reais;
- Não é o fim, mas sim um dos diversos meios de conhecimento;
- Visa a construção de um quadro ideal, utópico, e que não acontece no plano real;
- Utiliza-se da acentuação mental de determinados elementos da realidade, reforçando um ou vários pontos de vista, a fim de formar um quadro homogêneo de pensamento;
- Reúne determinadas características de um fenômeno real para formar um cosmo não contraditório de relações pensadas;
- Não é a consciência do genérico. É a consciência do específico que circunda os fenômenos culturais.

Acreditamos que, com a construção racional dos tipos ideais, Weber pretendia criar um método formal de compreensão da realidade, sem, entretanto, criar vínculos reais com a mesma. O conteúdo do tipo ideal pode ser comparado a uma utopia, sem traços exatamente fiéis à realidade que pretende compreender. Entretanto, é construído a partir do exagero de determinados traços dessa realidade, com o objetivo de se criarem condições ideais e não contraditórias que permitissem uma apreensão discursiva da realidade empírica. Segundo Héctor L. Saint-Pierre (1999),

“O tipo ideal é uma construção racional que, cumprindo com algumas exigências formais, deve apresentar em seu conteúdo as características de uma utopia. De fato, o tipo ideal nunca ou dificilmente pode ser achado na realidade, já que seu conteúdo configura uma arbitrária irrealidade, uma sugerida ficção, ou melhor, atrever-nos-íamos a dizer, uma exageração da realidade, especialmente das tendências de alguns aspectos dela, que tornam o quadro típico-ideal desproporcional com relação à realidade.” (Saint-Pierre, 1999, p. 68).

Sendo um exagero unilateral da realidade empírica, o tipo ideal carrega, intencional e manifestamente, diferenças em relação aos fenômenos sociais que pretende compreender. A tarefa do pesquisador seria, por meio da montagem do esquema proposto por Weber, um afastamento da realidade em questão justamente em relação aos aspectos dela que pretende analisar. A finalidade deste afastamento seria a

“(…) possibilidade de medir e comparar tal fenômeno pela diferença que mantém com relação ao seu tipo ideal. A realidade apresenta sempre uma certa diferença, um certo ‘desconto’ com relação ao tipo ideal, pois, de outra maneira, não teria sentido a construção desses esquemas, uma vez que é justamente a diferença entre a realidade e o quadro ideal que permitirá especificar a significação daquela, de modo a torná-la compreensível.” (Saint-Pierre, 1999, p. 68).

Assim, o trabalho do historiador na busca da compreensão e da conexão causal dos fenômenos, não deve determinar as significações causais

através da descrição “sem pressupostos” (Weber, 1999, p. 139). Ele deve trabalhar com conceitos apropriados que o ajudem a compreender o fenômeno, sob a forma de tipos ideais.

Weber ressalta a necessidade de se trabalhar com conceitos apropriados ao objeto de estudo devido à noção que ele mesmo utiliza para a compreensão da realidade. Segundo o autor, as idéias que dominaram os homens de uma determinada época, operam sobre os mesmos de forma difusa, e, por esse mesmo motivo, só podem ser compreendidas através do tipo ideal, pois

“(…) empiricamente, elas habitam as mentes de uma quantidade indeterminada e mutável de indivíduos, nos quais estavam expostas aos mais diversos matizes, segundo a forma e o conteúdo, a clareza e o sentido.” (Weber, 1999, p. 142).

Weber utiliza-se, no referido texto, de vários exemplos de utilização do modelo conceptual típico-ideal. O que julgo mais esclarecedor é o do cristianismo, que o autor entende como os elementos da vida espiritual e de conduta dos diversos indivíduos em determinada época da Idade Média. A igreja católica, seguindo o raciocínio de Weber, conseguiu imprimir a uma quantidade indeterminável de indivíduos uma série de sentimentos de cunho intelectual, ético, moral, religioso e espiritual, que agrupados compunham os elementos da fé e costumes cristãos. Entretanto, estes preceitos, que formavam a unidade do pensamento católico medieval, habitavam as mentes dos homens de forma heterogênea e dispersa, sendo impossível analisar o fenômeno empiricamente sem uma construção conceptual adequada, que fosse capaz de exagerar unilateralmente, e de forma não contraditória, estes fatores formadores do modo de vida da maioria dos indivíduos de uma determinada época. Com a utilização do tipo ideal do cristianismo ocidental, o pesquisador adquire o distanciamento necessário à apreensão mais precisa quanto possível das normas que regiam aquela sociedade. Com o quadro mental puro proposto por Weber, seria possível captar as inúmeras relações particulares – impossíveis de serem

avaliadas isolada e individualmente – em uma só idéia abrangente e não contraditória: o tipo ideal.

Em suma, utilizando o exemplo acima, o tipo ideal seria a única configuração metodológica capaz de captar nos inumeráveis indivíduos a fé e os costumes únicos imprimidos pela igreja católica medieval, sem, entretanto, buscar na infinita combinação individual de pensamentos e condutas a chave para a compreensão do fenômeno em questão. Assim, o processo empírico que se desenvolveu nas mentes das pessoas, deve ser compreendido como um fato condicionado psicologicamente, capaz de ser captado por uma estrutura mental sensível a este processo psicológico que se desenvolveu. Sendo uma determinação psicológica, seria impossível deduzir o devir deste processo analisando-o através de modelos conceituais que só levam em consideração estruturas supostamente lógicas, como o marxismo o faz. Nesta parte da explanação de Weber, ele cita esta teoria nominalmente. Vejamos:

“Então, facilmente se perde de vista por mais importante que tenha sido o poder construtivo, puramente lógico, do pensamento na História – de que o marxismo é um exemplo notável – o processo empírico-histórico que se desenvolveu na mente das pessoas deve ser geralmente compreendido como um processo condicionado psicologicamente, e não logicamente.” (Weber, 1999, p. 142).

Sem fazermos uma análise rebuscada da relação entre Weber e o materialismo histórico, poderíamos afirmar que o autor julga as estruturas lógicas marxistas como inapropriadas para a compreensão da realidade empírica, visto que não dão conta de apreender as estruturas mentais e psicológicas que se desenvolvem empiricamente à revelia das formulações teóricas.

Apesar da predileção de Weber pela opção metodológica do quadro típico-ideal, o autor aponta alguns perigos na adoção irresponsável deste parâmetro conceptual. Corre-se, assim, o risco de a História estar a serviço da teoria, sendo utilizada apenas para demonstrar a validade da estrutura

mental construída e corroborar a destreza do quadro conceptual, sendo colocada dentro de uma “camisa de força metodológica”. Weber destaca que a sequência de tipos ideais corre o risco de ser tomada como uma sucessão histórica que obedece a uma lei, sendo quase irresistível ao pesquisador a forçar a realidade para consolidara verdade da teoria, o que seria extremamente prejudicial à “objetividade” científica (Weber, 1999, p. 146).

Para a construção de um saber científico amadurecido, é necessária, contudo, uma superação metodológica do tipo ideal, que são construções transitórias devido à inevitabilidade de novas construções típico-ideais que acompanhem o movimento empírico. Estes conceitos apresentados até agora são apenas tentativas de conferir ordem as caos que é a realidade empírica, e devem ser readequados a ela sempre que necessário o for. O contínuo confronto – entendido como comparação – do corpo teórico com a realidade é, justamente, o progresso do trabalho científico no domínio cultural, sendo o resultado desse avanço a transformação dos conceitos através dos quais tentamos apreender a realidade. Ainda assim, a ciência, para o seu desenvolvimento fortuito, deverá, sempre que possível, criticar a transformação desses conceitos, para que não se caia numa imersão geral em juízos de valor e cosmovisões pessoais tomadas como universalmente válidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito de toda a discussão empreendida até aqui, é destacar a linha quase imperceptível que separa a ciência da crença, através da exposição acerca dos *juízos de valor, cosmovisões, adequação entre meios e fins, interesses históricos relevantes e condicionados*, e construção de um modelo conceptual adequado ao empirismo requerido pelas ciências sociais, diga-se o *tipo ideal*. Estas foram, acreditamos, as principais tônicas do texto aqui elaborado. Assim, revela-se o sentido do conhecimento sócio-econômico,

sendo possível destacar a validade objetiva deste tipo de conhecimento científico.

Sumariamente, pode-se dizer que a consistência da “objetividade” científica nas ciências sociais é obtida pela associação de dois fatores: a) a ordenação da realidade segundo categorias que são subjetivas (pois pressupõe, em decorrência dos juízos de valor pessoais, um conhecimento mínimo do fenômeno por parte do pesquisador, que deverá ser capaz de formular conceitos na tentativa de compreensão da realidade); e b) a verdade que só o conhecimento empírico poderá proporcionar à ciência. Somente desta associação – que deverá ser feita com todo o rigor e com toda a crítica, por parte da ciência, aos meios empregados quanto for possível –, resulta a validade objetiva do poder empírico requerido pelos métodos de investigação científica.

A crença no valor da verdade científica, ressalta Weber, é produto de determinadas culturas, e não um dado da natureza. Se, não obstante, não se acredita no valor da verdade científica adquirida através das pesquisas de cunho empírico, é certo que se buscará, em vão, outra verdade que substitua a ciência naquilo que só, e somente ela, poderá oferecer: os conceitos baseados em juízos de valor (reconhecidamente válidos, e não indiscutivelmente universais) que não são, em si, a realidade empírica, entretanto, permitem ordená-la de modo válido por meio do pensamento (Weber, 1999, p. 152).

O conhecimento adquirido pela ciência utiliza-se continuamente de pontos de vista particulares, de onde é retirada sua validade (as idéias de valor individuais, baseadas nas experiências empíricas de cada homem, segundo Weber, são as únicas a conferir valor ao conhecimento obtido). Assim, a variabilidade incessante de pontos de vista – a partir dos quais a realidade empírica adquire significado – faz com que a realidade e suas significações sejam inesgotáveis. Weber assim o diria:

“A luz propagada por essas idéias de valor ilumina, de cada vez, uma parte finita e continuamente modificada do curso

caótico de eventos que fluem através do tempo.” (Weber, 1999, p. 153).

Entretanto, não se pode achar que as ciências sociais tem a tarefa única de criar novos conceitos a todo o instante. A tarefa última, seria mesclar os novos conceitos obtidos por meio da pesquisa, à crítica destes mesmos conceitos, ou, segundo as palavras do próprio Weber, “*criar algo novo através da referência de certos fatos conhecidos a determinados pontos de vista, igualmente conhecidos.*” (Weber, 1999, p. 153).

Contudo, este algo novo conta com a possibilidade de ser criado irrefletidamente, e assim, os caminhos trilhados, até então, pela ciência, poderiam perder-se no emaranhado de pontos de vista descomprometidos com o saber científico. Weber termina o artigo de forma belíssima, talvez poética, o que faz com que valha a pena trazer a citação completa, incluindo a referência à Goethe feita pelo autor:

“Mas um dia, o significado dos pontos de vista adotados irrefletidamente se torna incerto e o caminho se perde no crepúsculo. A luz dos grandes problemas culturais desloca-se para mais além. Então, a ciência também muda o seu cenário e o seu aparelho conceitual e fita o fluxo do devir das alturas do pensamento. Segue a rota dos astros que unicamente podem dar sentido e rumo ao seu trabalho:

‘ (...) desperta o novo impulso;
lanço-me para sorver sua luz eterna;
diante de mim o dia, atrás a noite,
Acima de mim o céu, abaixo as ondas.’
(Fausto, de Goethe)” (Weber, 1999, p. 154).

ABSTRACT: The purpose of this article is to review some questions showed up by Max Weber as regarding the methodology used by the researchers in Social Sciences. The following discussion presented in this article is based on the questions brought out by him in the text named *The objectivity of the knowledge in the Social Science and in the Political Science* written in 1904.

KEYWORDS: Objectivity; Value Judgements; Weltanschauung; One Direction Explanations; Ideal Kind.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

WEBER, Max. 'A 'Objetividade' do Conhecimento na Ciência Social e na Ciência Política'. In: *Metodologia das Ciências Sociais*. Campinas: Ed. UNICAMP & Cortez Editora, 1999.

_____. *Ciência e Política: Duas Vocações*. São Paulo: Cultrix, 1972.

SAINT-PIERRE, Héctor L. *Max Weber: Entre a Paixão e a Razão*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1999.

BIBLIOGRAFIA

ARON, Raymond. *As Etapas do Pensamento Sociológico*. 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

COHN, Gabriel (Org.). *Weber*. Col. Grandes Cientistas Sociais, nº 13, 7ª ed., São Paulo, 2000.

FREUND, Julien. *Sociologia de Max Weber*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

WEBER, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo: Martin Claret, 2001.